

O COMITÊ DE EDUCAÇÃO DO CAMPO NO ESPÍRITO SANTO: UM MOVIMENTO ARTICULADOR DA EDUCAÇÃO EM TERRITÓRIOS CAMPESINOS

Ozana Luzia Galvão Baldotto[1]
Cláudia Vieira Küffer Chagas[2]
Eduardo Carlos Souza Cunha[3]
Erineu Foerste[4]

Círculo de Saber: Políticas Educacionais e Educação do Campo

Resumo: O presente estudo tem como objetivo descrever o processo de criação e estruturação do Comitê de Educação do Campo no Espírito Santo, com foco na experiência do município de São Mateus, pioneiro na constituição de um comitê local, como exemplo de articulação de territorialidade. O Comitê atua como espaço de mobilização, escuta e proposição, contribuindo para a construção coletiva de políticas educacionais contextualizadas e para a visibilidade das diretrizes da Educação do Campo. Essa pesquisa possui abordagem qualitativa, baseia-se em análise documental e bibliográfica, incluindo relatos de reuniões, seminários, documentos oficiais, legislações estaduais e municipais. A trajetória de organização e atuação do Comitê de Educação do Campo no Espírito Santo, especialmente com o recorte para o município de São Mateus, evidencia a centralidade da mobilização social na construção de políticas públicas que assegurem o direito à educação nos territórios campesinos.

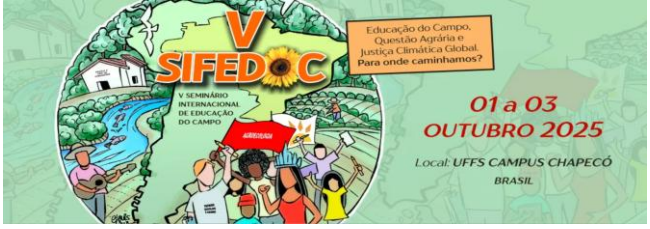
Palavras-chave: Fechamento; Resistência; Educação No/Do Campo.

Introdução

O I Encontro Nacional de Educadoras e Educadores da Reforma Agrária (I ENERA) realizado em julho de 1997, na Universidade de Brasília, organizado pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), viabilizou a socialização de experiências formativas e educativas, com a discussão da proposta educacional que considerasse as especificidades dos povos assentados. Além disso, impulsionou os debates para a organização da I Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo.

A I Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo ocorreu um ano após o I ENERA, em 1998, ampliando a participação com a presença de diversos movimentos sociais, órgãos públicos, entidades e instituições que discutem a educação dos povos do campo. Esse espaço permitiu a socialização de práticas educacionais presentes nos

[1] Doutoranda: Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE/UFES). E-mail: ozanabaldotto@gmail.com
[2] Doutoranda: Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE/UFES). E-mail: claudiakuffer@gmail.com
[3] Doutorando: Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE/UFES). E-mail: eduardo.cunha@ifsc.edu.br
[4] Professor titular da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). E-mail: erineu.foerste@ufes.br



territórios campesinos, abordou diversas demandas educacionais e evidenciou o pedagógico como um universo a ser construído e praticado considerando os saberes campesinos.

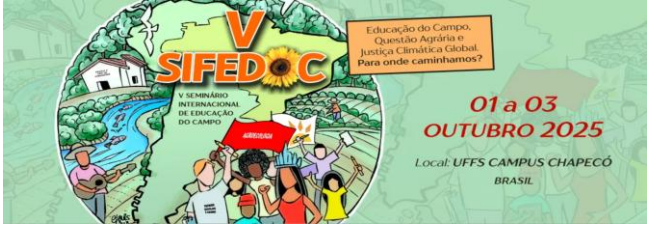
Em 2002 o documento “Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo” (Brasil, 2002) foi aprovado com base nas discussões realizadas, evidenciando a educação dos povos campesinos como direito **no** e **do** campo. Caldart (2000) afirma que a educação **no** campo garante o direito à educação no local onde se vive, enquanto a educação *do* campo refere-se àquela realizada no contexto dos territórios, fundamentada nos saberes e vivências desses sujeitos, inserindo-os na construção e prática da proposta pedagógica da escola.

A II Conferência Nacional Por Uma Educação do Campo aconteceu em 2004, trouxe como tema “Por uma política pública de Educação do Campo”, objetivando fortalecer e ampliar a mobilização popular, socializar práticas e reflexões da área, discutir estratégias de implementação das diretrizes operacionais para educação básica do campo e criar um currículo específico para o meio rural (MST, 2004). Nessa conferência destacou-se como demanda dos povos do campo o acesso à formação ao ensino superior.

Nesse contexto, destaca-se a criação do Fórum Nacional de Educação do Campo (FONEC) em 2010, como um espaço central de articulação dos diferentes sujeitos coletivos que lutam e resistem pela Educação do Campo. O FONEC reúne movimentos sociais, entidades e organizações sociais populares, com objetivo de articular a garantia do direito à educação das populações do campo por meio do debate, da elaboração e, sobretudo, com ações de consolidação de políticas públicas voltadas para a educação no campo nas diversas etapas e níveis de ensino (Molina; Santos, 2022).

O II Encontro Nacional de Educadores e Educadoras da Reforma Agrária (II ENERA) realizado de 21 a 25 de setembro de 2015, em Luziânia (GO), reuniu cerca 1.500 educadores de todo o Brasil para discutir a educação pública em territórios campesinos. O encontro teve como principal objetivo evidenciar

> [...] organizar coletivamente a denúncia e as mobilizações contra o fechamento das escolas do campo, como uma consequência direta do avanço do agronegócio e da lógica mercantil protagonizada pelo “Movimento Compromisso Todos pela Educação”, dos empresários, que está pautando a educação em nosso país (MST, 2014, p. 5).



Nesse cenário, o II ENERA foi um momento de denúncias, reflexões e socialização das diversas práticas pedagógicas realizadas em escolas públicas dos diversos territórios brasileiros.

É nesse contexto que se insere a criação do Comitê de Educação do Campo no Espírito Santo, como estratégia articuladora entre movimentos sociais, poder público, universidades e comunidades. Conforme Vieira e Côco (2024), o Comitê atua como espaço de mobilização, escuta e proposição, contribuindo para a construção coletiva de políticas educacionais contextualizadas e para a visibilidade das diretrizes da Educação do Campo.

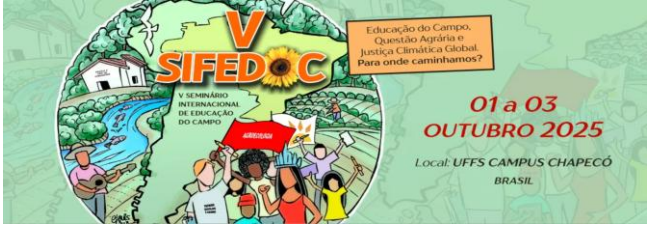
Este estudo tem como objetivo analisar o processo de criação e estruturação do Comitê de Educação do Campo no Espírito Santo, destacando sua importância na defesa do direito à educação nos territórios campesinos e na promoção da gestão democrática. O foco recai sobre a experiência do município de São Mateus, pioneiro na constituição de um comitê local, como exemplo de articulação de territorialidade.

A pesquisa, de abordagem qualitativa, baseia-se em análise documental e bibliográfica, incluindo relatos de reuniões, seminários, documentos oficiais, legislações estaduais e municipais. O referencial teórico-metodológico dialoga com Freire (2004; 2000) e Arroyo (1999), valorizando a dialogicidade, a construção coletiva do conhecimento e o protagonismo dos assuntos do campo na definição das políticas educacionais.

O texto está organizado em cinco partes: introdução; discussão sobre o papel do Comitê na articulação da Educação do Campo; análise da estruturação do Comitê no Espírito Santo; aprofundamento na experiência de São Mateus/ES; e considerações finais. O trabalho vincula-se à linha de pesquisa Docência, Currículo e Processos Culturais, do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Espírito Santo, e ao Grupo de Pesquisa (CNPq) Culturas, Parcerias e Educação do Campo (FOERSTE, 2020).

A importância histórica do Comitê de Educação do Campo

A criação do Comitê de Educação do Campo representa um marco na luta pelo direito à educação nos territórios campesinos. Sua constituição expressa o esforço de consolidar



políticas públicas que dialoguem com os sujeitos do campo, enfrentando a histórica marginalização a que essas populações.

Como espaço de articulação entre movimentos sociais, instituições públicas, universidades e comunidades, o Comitê cumpre papel estratégico ao reunir diferentes atores em torno de pautas comuns. Constitui-se como instância de escuta, mobilização e proposição, contribuindo para a construção coletiva de políticas educacionais contextualizadas e socialmente referenciadas (Viera e Côco, 2024).

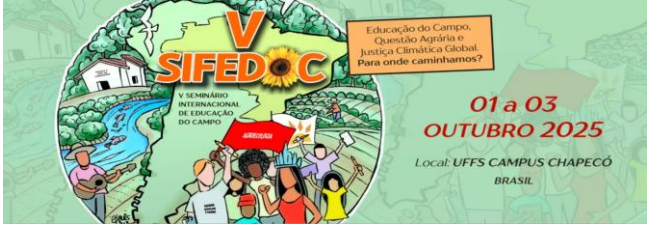
Sua atuação responde aos desafios que persistem nas escolas do campo, como a precariedade da infraestrutura, falta de materiais didáticos adequados e carência de formação continuada para os educadores. Tais condições comprometem o acesso, a permanência e a qualidade da educação ofertada, revelando a urgência de políticas comprometidas com as especificidades e os modos de vida das comunidades rurais.

As Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, Resoluções CNE/CEB nº 1/2002 e nº 2/2008, estabelecem princípios orientadores para a oferta da educação no campo, exigindo formações iniciais e continuadas que integrem os saberes camponeses e as realidades locais ao projeto pedagógico das escolas. Contudo, a efetivação dessas diretrizes ainda depende de iniciativas interinstitucionais.

Nesta trajetória de tentar construir uma escola diferente, que veja no território campesino as relações de produção e saberes, se torna primordial nos preocupar-nos “[...] em transformar instituições históricas como a escola em lugares que ajudem a formar os sujeitos destas transformações” (Caldart, 2003, p. 64).

Nesse cenário, o Comitê desempenha papel importante na mediação entre políticas públicas e territórios, ao fomentar processos formativos, estimular parcerias e fortalecer a presença das comunidades nos espaços de decisão.

A defesa da Educação do Campo–está intrinsecamente ligada ao princípio da gestão democrática, previsto no artigo 206 da Constituição Federal de 1988. Esse princípio amplia a concepção de gestão escolar, propondo que fóruns, comitês e conselhos se tornem instrumentos de participação ativa das comunidades na definição dos rumos da educação. Como afirma Freire (1996, p. 68), "não é possível à escola, se realmente engajada, alienar-se das condições sociais, culturais e econômicas dos alunos e de suas famílias". Essa



perspectiva inspira e legitima a atuação do Comitê, que se ancora na escuta ativa dos sujeitos do campo e na valorização de seus saberes como fundamentos de uma prática pedagógica transformadora.

Estruturação do Comitê de Educação do Campo no Espírito Santo (Comeces)

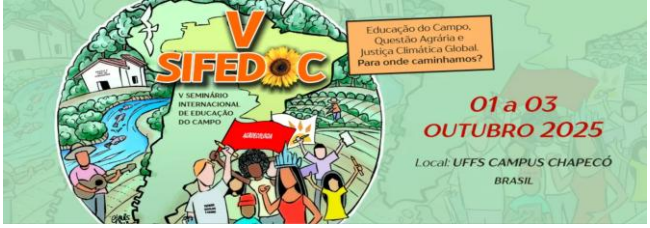
O fechamento das escolas do campo no Espírito Santo foi um dos principais catalisadores da mobilização de movimentos sociais, lideranças comunitárias e educadores, levando à criação do Comitê de Educação do Campo. A lógica adotada por gestores públicos, sob a justificativa de otimizar recursos, resulta na chamada *nucleação* das escolas, que implica fechar escolas nas comunidades e deslocar os estudantes para áreas urbanas ou mais centrais.

Sobre a nucleação de escolas, Arroyo (1999) destaca a importância da educação fundamental permanecer no lugar onde a criança vive,

> Criar escolas-núcleo, distantes dos espaços e vivências da criança, desarraiga, tira da raiz. E com o professor acontece a mesma coisa: podemos ter 10 professores muito bons, numa escola nucleada e estar completamente distante das lutas que acontecem naquele lugar de onde as crianças todo dia saem para ir àquela escola nucleada. A escola nucleada pode ser uma forma de burocratização da educação. Uma forma de, insisto deslocar a escola básica do que ela pode ter de mais rico, as raízes onde as crianças vivem e onde as crianças aprendem como trilharem suas vidas (Arroyo, 1999, p. 35).

Essa prática ignora as especificidades dos territórios e dos sujeitos do campo, impondo às crianças, jovens e adultos longos deslocamentos em estradas precárias, além de desestruturar os vínculos comunitários e culturais fortalecidos pela presença da escola no território. O fechamento das escolas do campo não representa apenas a perda de um espaço físico de aprendizagem, mas um ataque à cultura, aos saberes e à organização social dos povos campesinos.

Diante desse cenário, as denúncias, mobilizações e resistências das comunidades foram fundamentais para impulsionar a criação do Comitê de Educação do Campo do Espírito Santo (Comeces), oficializado em 2008. O Comitê surge como resposta organizada e coletiva ao processo de invisibilização das populações rurais e como um instrumento de defesa da permanência das escolas no campo, da construção de políticas públicas específicas e da valorização da educação contextualizada, vinculada à realidade e aos modos de vida dos sujeitos campesinos.



A oficialização do Comitê de Educação do Campo do Espírito Santo[5] (Comeces) ocorre com a realização do Seminário Estadual em 2008, com tema “Educação Escolar do Campo”, e a participação de 103 representantes da sociedade civil, poder público e movimentos sociais.

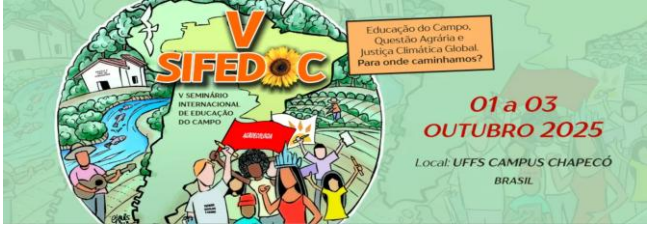
O Comitê de Educação do Campo reúne diversas representações, entre eles os movimentos sociais, que discutem a Educação do Campo, principalmente, com o poder público. Tem como finalidade ser “um espaço permanente de articulação, deliberação e construção coletiva da Educação do Campo entre os movimentos sociais, entidades civis e o poder público para o fortalecimento da Educação do Campo” (Comitê de Educação do Campo do Espírito Santo, 2008, p. 4).

O Seminário foi a oportunidade de organizar diversas reivindicações que impactavam a Educação do Campo, apresentadas ao poder público estadual naquele período. As reivindicações evidenciadas no seminário foram:

- Criação de gerência ou subgerência de Educação do Campo na SEDU;
- Paralisação imediata da nucleação das escolas do campo, [...];
- Garantia da não-municipalização das escolas de assentamentos do MST;
- Suspensão da terceirização da merenda escolar, uma vez que obtivemos denúncias que os estudantes não estão tendo alimentação suficiente e adequada;
- Discussão com as comunidades do campo sobre a grade curricular de mil horas, levando em consideração as especificidades desses estudantes: transporte e estradas inadequados, longas distâncias até sua residência, etc.;
- Infraestrutura (construção, reforma e ampliação) das escolas do campo nas comunidades quilombolas, nos assentamentos e nas demais comunidades tradicionais;
- Móveis e equipamentos para as escolas do campo;
- Criação de turmas de EJA Segundo Segmento e Médio Integrado à Educação Profissional nas comunidades do campo;
- Criação de escolas regionais de ensino médio, na metodologia da pedagogia da alternância, como projeto piloto [...] (Comitê de Educação do Campo do Espírito Santo, 2008, p.64).

Entre 2008 e 2014, ocorreram avanços como a instituição da Gerência de Educação do Campo (GECAM) e Subgerência de Desenvolvimento da Educação do Campo, Indígena e

[5] Composição do Comitê de Educação do Campo do Estado do Espírito Santo em 2008: I. Da Secretaria de Estado da Educação - SEDU; II. Do Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA; III. Da Universidade Federal do Espírito Santo - UFES; IV. Do Observatório dos Conflitos no Campo – UFES; V. Da Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado do Espírito Santo – FETAES; VI. Da União dos Dirigentes Municipais de Educação - UNDIME; VII. Do Movimento dos Pequenos Agricultores - MPA; VIII. Do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST; IX. Do Movimento dos Quilombolas; X. Do Indígenas; XI. Do Instituto de Colonização e Reforma Agrária – INCRA; XII. Da Regional das Associações dos Centros Familiares de Formação em Alternância do Espírito Santo - RACEFFAES; XIII. Do Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo - MEPES; XIV. Das Comissões de Educação do Campo dos Territórios: Colatina, Caparaó e Montanhas e Águas.

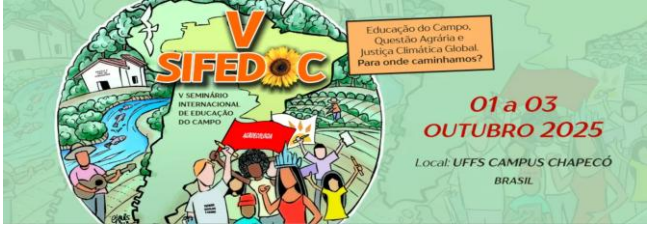


Quilombola (SUDEC), no âmbito da Subsecretaria de Estado da Educação Básica e Profissional (Decreto Nº 3616-R, de 14 de julho de 2014), passando a denominar-se Gerência de Educação do Campo, Indígena e Quilombola (GECIQ) por meio do Decreto n° 4.120-R, de 26 de junho de 2017.

Outro ponto importante foi a criação de Comitês de Educação do Campo em vários municípios do norte do Estado: São Mateus, Nova Venécia, Pinheiros, Jaguaré, São Gabriel da Palha, Colatina, São Roque do Canãa (Baldotto, 2016). Também foram criados Macrocentros em todo o Espírito Santo, envolvendo ampla discussão da proposta político-pedagógica das escolas com salas multisseriadas no campo. Contudo, esse espaço segue desativado por falta de articulação.

Nesse ínterim, para potencializar a articulação e a interlocução dos públicos da Educação do Campo, Educação Escolar Indígena e Quilombola com a Secretaria de Estado da Educação (SEDU), foram instituídos Comitês Estaduais com a representação de vários segmentos da sociedade civil e do poder público em sua composição. O objetivo é discutir a formulação de políticas públicas de educação para estas comunidades: Comitê Estadual de Educação Escolar Quilombola; Comitê Estadual de Educação Escolar Indígena; Comitê Estadual de Educação Escolar Pomerana; Comissão Estadual de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais.

No entanto, muitas demandas historicamente negadas se mantém, como destaca o Manifesto “Por Uma Educação do Campo no Espírito Santo” divulgado pelo Comeces, no Seminário com tema “Os movimentos sociais na defesa e fortalecimento da Educação do Campo em nosso Estado”, realizado no dia 14 de agosto de 2015, na cidade de Ibiraçu/ES. Os pontos focais são: o não fechamento das escolas do campo; manutenção e expansão da Pedagogia da Alternância pela via pública; garantia das especificidades das modalidades da Educação Básica: Educação do Campo, Educação Escolar Indígena e Educação Escolar Quilombola; aprovação e implementação das diretrizes operacionais da Educação do Campo do Estado do Espírito Santo; fortalecimento e participação na gerência de Educação do Campo – GECAM/SEDU; garantia de editais específicos para a contratação de profissionais de educação para as escolas do Campo, Indígenas e Quilombolas; uma política pública de Educação de Jovens e Adultos (EJA) do Campo.



Nesse ensejo, a valorização das especificidades dos povos do campo pela educação básica continua sendo uma reivindicação constante. O Comeces, em sua organicidade, promoveu a discussão e a construção das Diretrizes Operacionais da Educação do Campo do Estado do Espírito Santo, com a participação de diversas entidades e movimentos sociais que discutem a educação dos povos campesinos no estado.

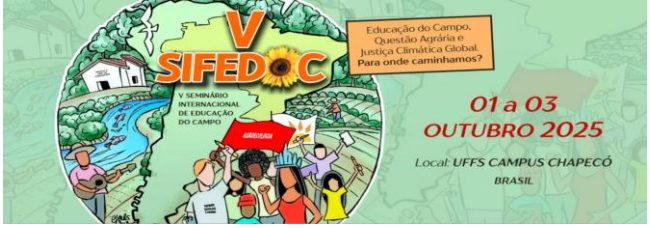
O período entre 2011-2015 foi de intenso debate das diretrizes estaduais, finalizadas em 2012 (Ferreira, 2023), com a homologação do documento denominado Resolução CEE-ES nº 6.596/2022, que “Aprova as Diretrizes Operacionais da Educação do Campo do Estado do Espírito Santo e dá outras providências”, representando importante conquista à Educação do Campo no Espírito Santo.

Comitê de Educação do Campo em São Mateus/ES: períodos de resistências e avanços na educação campesina

A Rede Municipal de São Mateus conta com 108 escolas, sendo 60 no campo. Os primeiros avanços da Educação do Campo no município ocorreram em 2010, com a implementação da pedagogia da alternância na rede pública municipal. Em 2011, o Comitê de Educação do Campo foi estruturado pela mobilização de movimentos sociais (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), Quilombolas, Pescadores), Escola Família Agrícola (EFA) – Distrito de Nestor Gomes, Km 41 -, Diocese, entre outras lideranças comunitárias. A principal bandeira de luta do Comitê foi o “Não fechamento das escolas do campo” e “Fechar escola é crime!”.

Entre 2011 a 2024, algumas unidades escolares foram paralisadas por falta de matrículas: a EPM Araribá, a EPM Almira Dias Perim, EPM Anna Lubbe Lonardelli, EUM Córrego Dezoito e EPM Córrego Grande de Cima. A queda nas matrículas reflete a redução da natalidade, confirmada dados do IBGE, que registrou 2,54 milhões de nascimentos no Brasil, mantendo a queda na taxa de natalidade pelo quarto ano consecutivo (Belandi, 2024).

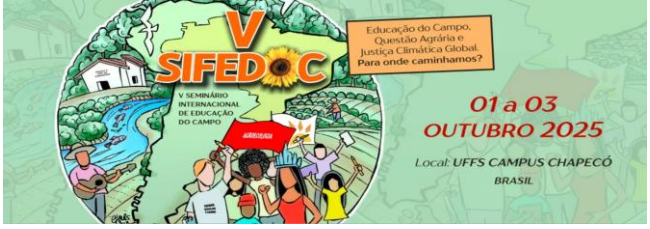
O Comitê de Educação do Campo de São Mateus conta atualmente com 31 instituições, com representantes titulares e suplentes de movimentos sociais, órgãos públicos e lideranças diversas. Nesse contexto, Freire (2000) ressalta que a educação deve promover o pensamento crítico e a superação das injustiças sociais.



Uma das primordiais tarefas da pedagogia crítica radical libertadora é trabalhar a legitimidade do sonho ético-político da superação da realidade injusta. É trabalhar a genuinidade desta luta e a possibilidade de mudar, vale dizer, é trabalhar contra a força da ideologia fatalista dominante, que estimula a imobilidade dos oprimidos e sua acomodação à realidade injusta, necessária ao movimento dos dominadores. É defender uma prática docente em que o ensino rigoroso dos conteúdos jamais se faça de forma fria, mecânica e mentirosamente neutra (Freire, 2000, p. 22).

A partir de 2012, a rede municipal de São Mateus obteve avanços consideráveis na Educação do Campo, fruto da mobilização conjunta entre escolas dos territórios campesinos e o Comitê. Destaca-se:

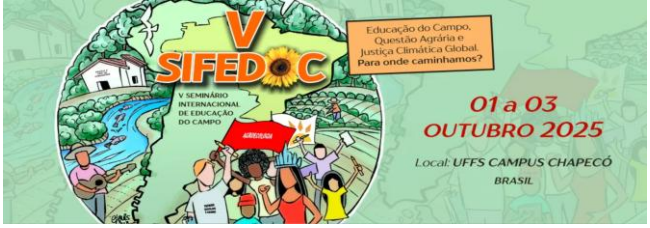
- A implementação do PLAFEC – Plano de Fortalecimento das Escolas do Campo, com proposta pedagógica inspirada na alternância, voltada para os anos iniciais e salas multisseriadas;
- A partir de 2014, iniciaram-se as contratações de pedagogos e, em 2017, de diretores para atuação itinerante nas escolas multisseriadas situadas nas regiões campesinas, fortalecendo o acompanhamento pedagógico;
- Com forte atuação do Comitê de Educação do Campo, diversas legislações municipais foram estruturadas em defesa da modalidade, com destaque para a Resolução nº 33/2018, elaborada com base em audiências públicas e transformada na Lei Municipal nº 1.798/2020;
- Reconhecimento das escolas do campo com base em sua territorialidade e identidade, assegurando que seus Projetos Político-Pedagógicos reflitam e valorizem os saberes e a cultura dos povos campesinos;
- Manutenção e estruturação do Setor de Educação do Campo na Secretaria de Educação, em diálogo permanente com o Comitê de Educação do Campo de São Mateus;
- Tratamento pedagógico das equipes da Secretaria Municipal de Educação de São Mateus;
- A SME considerou a autonomia das escolas em seus Projetos Político-Pedagógicos;
- A SME acompanha pedagogicamente as escolas multisseriadas, desmistificando o “ensino fraco” nessas unidades.
- Reorganização do currículo do Campo considerando as adequações demandadas pelas unidades escolares e a necessidade de considerar a Base Nacional Comum Curricular (BNCC);



- Organização dos diversos núcleos de base nas regiões com lideranças comunitárias vinculados ao Comitê de Educação do Campo de São Mateus;
- Estruturação da Comissão Permanente de Estudos Afro-brasileiros (Ceafro) com o objetivo viabilizar ações com vistas à implementação das Leis 10.639/2003 e 11.645/2008, a participação no diálogo para a inclusão da temática étnico racial nas práticas dos currículos escolares, combater o racismo e promover o reconhecimento da cultura Afro-brasileira;
- Formalização do espaço na Secretaria de Educação denominado Seção de Educação do Campo e Quilombola (São Mateus, 2022, p. 98).

Apesar desses avanços, persistem desafios estruturais e políticos para o direito à educação no campo: precariedade da infraestrutura, falta de materiais pedagógicos adequados, carência de formação continuada para educadores e dificuldade de diálogo entre comunidades campesinas e gestores públicos. Essas questões exigem espaços institucionais que articulem diversos atores sociais, fortalecendo a participação coletiva e a gestão democrática. Destacamos, então, os desafios na trajetória da Educação do Campo no município:

- Infraestrutura, a necessidade de reformar várias unidades, construir escolas no campo, viabilizar água e garantir segurança em escolas e comunidades.
- Realização concursos públicos específicos para educadores quilombolas e do campo, considerando as especificidades da alternância e das multisseriadas.
- Manter a motivação-dos núcleos de bases das regiões das escolas do campo;
- Resguardar a motivação do PPP das escolas do campo com os diversos elementos pedagógicos específico ao trabalho das escolas do campo;
- Reorganizar a Educação Infantil ampliar sua e oferta nas regiões campesinas;
- Ampliar a oferta da Educação de Jovens e Adultos - EJA com uma proposta pedagógica voltada aos trabalhadores do campo;
- Disponibilizar materiais didáticos adequados às realidades campesinas;
- Equipar as unidades com computadores, impressoras e internet e garantir manutenção adequada para uso das escolas e comunidades campesinas;
- Oferecer Ensino Médio nas regiões campesinas.



A Educação do Campo no Município de São Mateus se consolida pela atuação contínua do Comitê de Educação do Campo, articulador na defesa dos direitos e imprescindível para conquistas nas escolas das comunidades campesinas. Esse coletivo “pausou” o fechamento desenfreado de escolas campesinas pela Secretaria Municipal de Educação, contudo o tema “fechamento de escolas” permanece incessante na gestão pública.

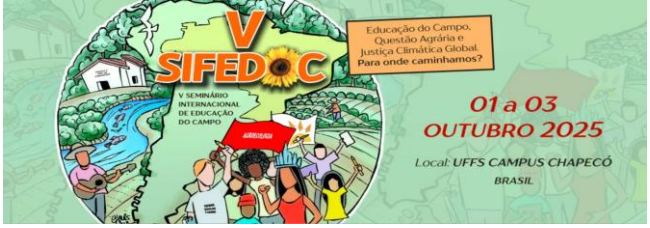
Considerações Finais

A trajetória de organização e atuação do Comitê de Educação do Campo no Espírito Santo, especialmente com o recorte para o município de São Mateus, evidencia a centralidade da mobilização social na construção de políticas públicas que assegurem o direito à educação nos territórios campesinos. As experiências relatadas demonstram que, embora importantes avanços tenham sido alcançados — como a criação de legislações específicas, o reconhecimento das escolas do campo e a implementação de práticas pedagógicas contextualizadas —, os desafios ainda são numerosos e exigem a continuidade da luta.

O fortalecimento da Educação do Campo perpassa a resistência aos processos de fechamento de escolas, à desvalorização das práticas pedagógicas específicas e à ausência de investimentos adequados na infraestrutura, na formação e na valorização dos profissionais da educação, e à ausência de gestão democrática.

A caminhada do Comitê de São Mateus comprova que a articulação entre movimentos sociais, lideranças comunitárias e poder público é condição indispensável para enfrentar essas contradições e consolidar uma educação que respeite e valorize os saberes, os modos de vida e a cultura dos povos do campo.

Portanto, este trabalho reafirma que a luta pela Educação do Campo é permanente e coletiva. Mais do que assegurar acesso à escola, trata-se de garantir uma educação de qualidade social, construída a partir das necessidades e especificidades dos sujeitos do campo, como expressão de resistência, de afirmação de identidades e de fortalecimento dos territórios. Seguir mobilizando, articulando e reivindicando é o caminho para que a educação do e no campo se efetive, com justiça social e respeito à diversidade.



Referências bibliográficas

ARROYO, Miguel Gonzalez. A Educação Básica e o Movimento Social do Campo. In: ARROYO, M. G.; FERNANDES, B.M. **A educação básica o movimento social do campo.** Brasília, DF: Articulação Nacional Por Uma Educação Básica do Campo, 1999. Primeira parte, p. 12-42.

BALDOTTO, Ozana Luzia Galvão. **Educação do Campo em movimento: dos planos à ação pedagógica em escolas multisseriadas e anos iniciais de São Mateus e Jaguaré (ES).** Dissertação (Mestrado em Ensino na Educação Básica) - Programa de Pós-Graduação em Ensino na Educação Básica, Centro Universitário Norte do Espírito Santo – CEUNES, Universidade Federal do Espírito Santo, São Mateus, 2016.

BELANDI, Caio. **Em 2022, número de nascimentos cai pelo quarto ano e chega ao menor patamar desde 1977.** Agência IBGE Notícias. 2024. Disponível em <https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202408/norte-e-nordeste-tem-a-maior-reducao-no-numero-de-nascimentos-no-brasil-diz-ibge> Acesso em 27 mai. 2025.

CALDART, Roseli Salete. A escola do campo em movimento. **Currículo sem Fronteiras**, v.3, n.1, p.60-81, Jan/Jun, 2003.

CALDART, Roseli Saleti. A escola do campo em movimento. In: BENJAMIN, César; CALDART, Roseli Saleti. **Projeto popular e escolas do campo.** Brasília, DF: Articulação Nacional Por uma Educação Básica do Campo, 2000. Segunda parte, p. 39-95.

COMITÊ DE EDUCAÇÃO DO CAMPO DO ESPÍRITO SANTO. **O campo da Educação do Campo:** “Educação do Campo é um direito e não esmola.” Espírito Santo. Documento do Seminário. Dezembro/2008.

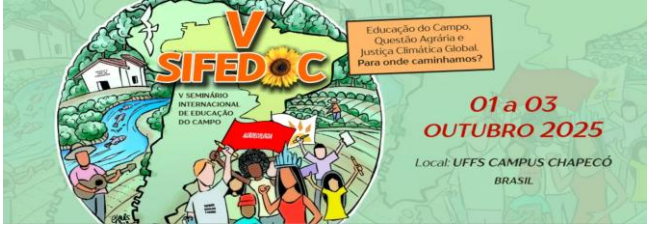
FERREIRA, Maria Geovana Merlim. **O Comitê de Educação do Campo no Espírito Santo: sujeito coletivo de direito constituído na práxis.** Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE), Universidade Federal do Espírito Santo, Espírito Santo, Vitória, 2023.

FOERSTE, Erineu. **Culturas, Parcerias e Educação do Campo.** - 1ª ed. - Curitiba: Appris 2020.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia:** Saberes Necessários à Prática Educativa. São Paulo: Paz & Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Indignação:** cartas pedagógicas e outros escritos. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

MOLINA, Mônica Castagna; SANTOS, Clarice Aparecida dos. Fonec: a construção de um intelectual orgânico coletivo dos(as) camponeses(as) no Brasil. **Roteiro**, Joaçaba, v. 47, jan./dez., 2022.



MST. **II Conferência Nacional por uma Educação do Campo discute paradigmas sociais.** 2004. Disponível em https://mst.org.br/2004/08/04/ii-conferencia-nacional-por-uma-educacao-do-campo-discute-paradigmas-sociais/ Acesso em 22 mai. 2025.

MST. **II Encontro Nacional de Educadoras e Educadores da Reforma Agrária – II ENERA**: Textos para estudo e debate, São Paulo, Ed. Especial, n. 12, Boletim da Educação, p. 141, dez. 2014.

VIEIRA, Marle Aparecida Fideles de Oliveira; CÔCO, Valdete. Desafios impostos ao trabalho com as crianças Sem Terrinha no contexto da Educação Infantil do Campo. **Educar em Revista**, Curitiba, v. 40, e88346, 2024. https://doi.org/10.1590/1984-0411.88346 Acesso em 23 de maio de 2025.